



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo N.º 72/2021
Inexibilidade de Licitação n.º 02/2021

OBJETO: Contratação de SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA LEO HENRIQUE e RENAN.

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Jurídico em relação a contratação de show artístico a ser realizado pela dupla Léo Henrique e Renan, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O procedimento licitatório está fundamentado na Lei n.º 8666/93. A nova Lei de Licitações já está em vigor, mas a revogação das normas anteriores ocorrerá no prazo de dois anos. Nesse período, as regras novas vão conviver com as antigas e a Administração Pública poderá optar por qual aplicar em cada processo de contratação. No caso presente, a opção é pela Lei n.º 8.666/93.

A Secretária Municipal de Turismo e Cultura solicitou a contratação da dupla Léo Henrique e Renan para realização de "live" de aniversário no município de Porto Esperidião/MT.

Em resumo, justificou que o Município vem buscando parcerias para programas e projetos que possam melhorar a qualidade de vida da população. Que em decorrência dos protocolos de distanciamento atinentes à pandemia (Covid-19) que assola o mundo, faz necessário buscar alternativas viáveis para trazer alegria à população.

Observa-se que justificativa é embasada em fatos notórios e não há documentos juntados que venham corroborar com as mesmas.



Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O objeto está descrito adequadamente, nos termos do artigo 40, I da Lei nº 8666/93, com a ressalva da necessidade de identificar os canais eletrônicos de divulgação do show.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações.

Não sendo desarrazoado alertar que pelo cometimento de ato danoso ao erário será o gestor alcançado pelos sistemas de controle interno e externo.

O gabinete do Prefeito autorizou a abertura do procedimento de licitação e o Prefeito autorizou que fossem tomadas as providências necessárias para a abertura do procedimento licitatório.

Os orçamentos parâmetros constituídos de Nota Fiscal de Prestação de Serviços emitida pela fazenda pública de Cáceres e de Salto do Céu/MT, demonstram os valores pagos aos artistas pela realização de shows em outros municípios.

A contadoria municipal atestou a existência de dotação orçamentária e indicou as rubricas disponíveis para pagamento dos valores licitados.

A pesquisa nos sites de busca da rede mundial de computadores de Internet resultou que a dupla de artistas realiza shows públicos regionais. Denota-se do resultado da pesquisa realizada pela Comissão de Licitação que a dupla é conhecida e detém reconhecimento público em nível regional. A dupla Leo Henrique e Renan realizou shows em eventos nas cidades de Cáceres, Figueirópolis, Poconé e Porto Estrela, consoante se depreende dos extratos de internet juntados.

O dia 13 de maio, data de aniversário da cidade e que coincide com o dia da padroeira Nossa Senhora de Fátima anualmente é comemorado com eventos (shows públicos, missas, desfiles) realizados pela prefeitura e igreja católica. Todavia neste ano, em razão das restrições determinadas para contenção da disseminação da Covid-19, a prefeitura realizará o evento na forma de “live” com divulgação pelos canais eletrônicos.

A contratação está sendo realizada diretamente com empresa representante exclusiva do artista, haja vista que é vedada a contratação por meio de intermediário. Conforme Declaração e Carta de Exclusividade a empresa PEDRO BATISTA CORREA – ME, anexada (art. 25, Inciso III, da Lei de Licitações) detém a exclusividade exigida para a contratação.



Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Para a contratação de artista é necessário respeitar no processo licitatório o princípio da impessoalidade, atendimento ao interesse público e tratamento igualitário, previstos no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Porém, é possível a contratação de personalidades do setor artístico sem obrigatoriedade de licitação, desde que preenchidos os requisitos legais e constitucionais, e respeitada a necessidade de formalização do respectivo processo para a aferição das exigências.

No presente caso, está anexada a comprovação de que se trata de artistas consagrados na região, estando demonstrado o reconhecimento público.

A possibilidade de contratação de artistas é prevista no artigo 25 da Lei 8.666/1993, que autoriza a Administração Pública a fazer a contratação direta de artistas consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Desta forma, no presente caso, está evidenciada a existência de situação de inexigibilidade de licitação de que trata o art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, verbis:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Estando o processo devidamente instruído com os documentos necessários à análise, com a ressalva relacionada ao objeto, verifica-se que o Edital e a Minuta do Contrato atendem à legislação pertinente, sendo, portanto, o parecer favorável ao prosseguimento da licitação, o qual submeto, respeitosamente a apreciação superior.

S. M. J.

Porto Esperidião, 06 de maio de 2021.

José de Barros Neto
Portaria 58/2012

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 3341-0